

HUMBERTO SANTAROSA DE OLIVEIRA

ARBITRAGEM E PRECEDENTES VINCULANTES

**A SUJEIÇÃO DOS ÁRBITROS À JURISDIÇÃO
CONSTITUCIONAL**

Londrina/PR
2023


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



Oliveira, Humberto Santarosa de.
**Arbitragem e Precedentes
vinculantes: a sujeição dos árbitros
à jurisdição constitucional /**
Humberto Santarosa de Oliveira. –
Londrina, PR: Thoth, 2023.

338 p.

Bibliografias: 307-335.

ISBN: 978-65-5959-392-7

1. Arbitragem. 2. Teoria Geral do Direito. 3.
Código de Processo Civil. I. Título.

CDD 341.4

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual : 341.4

1227747

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: O autor

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção • Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves
Caisra Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.
Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS	9
PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO	21

CAPÍTULO 1

O ESTADO DE DIREITO.....	31
1.1 Estado de Direito: seu conceito e suas origens.....	32
1.1.1 Do Estado Liberal de Direito e ao Estado Social de Direito	34
1.1.2 Do Estado de Direito ao Estado Constitucional ou Estado Democrático de Direito.....	42
1.2 Segurança jurídica no Estado de Direito.....	48
1.3 Igualdade no Estado de Direito	50
1.4 Unidade do Direito: a coerência intrínseca do ordenamento jurídico.....	54
1.4.1 A coerência em Neil MacCormick.....	57
1.4.2 A integridade em Ronald Dworkin.....	62
1.5 Constituição, jurisdição e devido processo legal.....	67
1.6 Conclusão parcial.....	78

CAPÍTULO 2

O PRECEDENTE JUDICIAL.....	81
2.1 Precedente Judicial: algumas considerações sobre sua origem no <i>common law</i> inglês	82
2.1.1 Sobre a igualdade na teoria dos precedentes.....	88
2.1.2 Sobre a segurança jurídica na teoria dos precedentes.....	92
2.2 As justificativas consequencialistas e deontológicas para observância do	

precedente	95
2.2.1 Organização judiciária: precedentes verticais, horizontais e o dever de autorreferência	99
2.2.2 A concretização da igualdade material do Direito.....	104
2.2.3 Previsibilidade e certeza jurídica na aplicação do direito: a proteção da confiança.....	110
2.2.4 Estabilidade do Direito.....	115
2.2.5 Racionalidade econômica e sistêmica.....	118
2.3 A dimensão ético-normativa: decidir observando os precedentes é corolário da unidade e da coerência do Estado de Direito.....	122
2.4 Precedentes como fonte de direito	129
2.5 Precedentes explícitos na Constituição Federal: as ações diretas e as súmulas vinculantes.....	139
2.6 Precedentes implícitos na Constituição: os julgamentos recursais objetivando a uniformização da legislação.....	147
2.7 Precedentes no Código de Processo Civil de 2015 e sua função racionalizadora – a legislação como padrão de mudança de cultura.....	152
2.8 Conclusão parcial.....	160

CAPÍTULO 3

A ARBITRAGEM NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	169
3.1 Arbitragem é jurisdição.....	170
3.1.1 O fundamento legal (e jurisprudencial).....	170
3.1.2 O fundamento jurídico	174
3.2 O procedimento arbitral e o devido processo legal	182
3.3 Arbitragem de direito e a observância do ordenamento jurídico.....	188
3.4 Arbitragem de equidade e a decisão sem a observância da legalidade estrita.....	194
3.5 Precedentes judiciais e arbitragem	203
3.5.1 As razões e as contrarrazões para a não observância dos precedentes judiciais nas arbitragens domésticas de direito.....	210
3.5.1.1 A diferenciação procedimental como justificativa para a não aplicação dos precedentes judiciais na arbitragem. Uma confusão entre procedimento e direito material.....	212
3.5.1.2 A eleição da jurisdição arbitral representa uma fuga ao sistema estatal de resolução de conflitos, inclusive com a possível desconsideração do direito material vigente. Árbitros arbitrários, uma afirmação sem qualquer	

“precedente”	216
3.5.1.3 A filiação do Brasil à tradição do <i>civil law</i> , bem como a forma de produção dos precedentes no país, voltados ao descongestionamento do Judiciário, impedem sua aplicação na arbitragem. Uma justificativa furtiva. Solver casos de massa de forma equânime envolve necessariamente julgar com isonomia e segurança jurídica.....	222
3.5.1.4 A ausência de relação hierárquica entre a arbitragem e o Judiciário como fator impeditivo à aplicação dos precedentes judiciais. ● procedimento arbitral, inserido dentro de uma teoria geral do processo, submete-se às Cortes Supremas.....	225
3.5.1.5 A irrecorribilidade das decisões arbitrais impede a vinculação dos árbitros aos precedentes judiciais. Ausência de causa e efeito na afirmação, afinal também há decisões irrecorríveis no sistema estatal e que ainda assim precisam atentar para as decisões pretéritas.....	229
3.5.2 Quais precedentes judiciais vinculam os árbitros?.....	233
3.6 Conclusão parcial	238

CAPÍTULO 4

O CONTROLE JUDICIAL DA ARBITRAGEM.....	243
4.1 Anulação da decisão arbitral por violação ao precedente judicial	244
4.2 Precedente como veículo de norma de direito processual e norma de direito material.....	248
4.2.1 As hipóteses do artigo 32 da Lei 9.307/96 tratam, basicamente, de normas de procedimento	250
4.3 O caso concreto, a não aplicação do precedente judicial vinculante que veicula norma de direito material e a ação anulatória da decisão arbitral fundada no art. 32 da Lei 9.307/96.....	254
4.3.1 Ação anulatória por vulneração da convenção de arbitragem (art. 32, IV, da Lei 9.307/96)	254
4.3.2 Ação anulatória por vulneração do princípio da fundamentação das decisões (art. 32, VIII, da Lei 9.307/96).....	258
4.4 A ordem pública como cláusula de oxigenação do sistema e fundamento para a ação anulatória de sentença arbitral	265
4.5 O manifesto erro de direito como hipótese de anulação da sentença arbitral – <i>manifest disregard doctrine</i>	274
4.6 Inaplicabilidade dos instrumentos da jurisdição estatal para a nulificação da sentença arbitral	285

4.6.1 Uma exceção: a ação declaratória contra a sentença arbitral preclusa 290

4.7 Conclusão parcial..... 292

CONCLUSÕES FINAIS..... 299

REFERÊNCIAS..... 309

POSFÁCIO 339